

programados para o setor habitacional, no período 1968-70; no setor de energia elétrica, o Governo será responsável por 90% do custo total programado que, até 1970, é da ordem de 6,2 bilhões de cruzeiros. Os 10% restantes ficarão por conta do *déficit*. Nos transportes, em obras destinadas a construir estradas e portos, aumentar a frota marítima e melhoria da estrutura já existente, o Governo responsabiliza-se por todo o investimento programado. O quarto setor prioritário a receber investimentos, até 1970, segundo o planejamento oficial, será o das indústrias básicas, que inclui empresas de aço, metais não-ferrosos, indústria química, mecânica, mineração e cimento. Visto de maneira global, este setor, o Governo aparece também como o maior investidor. O quinto setor prioritário é o petróleo. Os investimentos programados até 1970 (excluindo a petroquímica) são estimados em 2.358 milhões de cruzeiros novos. O financiamento total desses investimentos será feito pelo Governo".<sup>191</sup>

Desde o advento do novo regime, pois, em aparente contradição, a intervenção estatal só fizera crescer. Havia mesmo empáfia em proclamar que o Estado, sob tal regime, estava investindo maciçamente na infra-estrutura da economia do país, estava investindo muito mais do que antes em produção de energia elétrica, em produção de aço, em transportes, em comunicações. Considerada a divisão anterior das opiniões, quanto ao problema da intervenção do Estado na economia, da existência de uma área estatal na economia, ficava parecendo que o novo regime era nacionalista e os seus opositores é que estavam ligados aos interesses externos. Os teóricos da economia, defensores da "livre iniciativa", não só não haviam vendido as empresas estatais — salvo o caso excepcional da Fábrica Nacional de Motores — como haviam desenvolvido a produção delas, aumentando as suas dimensões, favorecido a sua expansão. A essência do problema, entretanto, estava em que o Estado pode ser instrumento poderoso, eficaz, insubstituível, no impulso à economia nacional, no caso dos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, *mas o Estado pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional*.

A pretexto de conter a inflação, o novo regime operou a estagnação dos salários pela força, a restrição ao crédito, levando

<sup>191</sup> Rui Rocha: "Diálogo", in *Correio da Manhã*, Rio, 4 de março de 1969.